

Tese brasileira encurrala países ricos no FMI

Nações em desenvolvimento endossam idéia de se reduzir transferências para o Exterior

ARNOLFO CARVALHO
Da Editoria de Economia

Washington — Os ministros dos 24 países em desenvolvimento reunidos ontem na sede do Fundo Monetário Internacional endossaram a tese dos principais devedores de que as próximas renegociações da dívida externa devem incluir um teto para as transferências líquidas de renda aos credores em função do desempenho econômico e do nível das exportações, através da combinação de menores taxas reais de juros, "algum tipo de mecanismo de alívio nos pagamentos de juros", extensão dos prazos de rolagem, aumento dos recursos de organismos oficiais e retomada dos empréstimos dos bancos privados.

Na condição de um dos vice-presidentes do grupo dos 24, que estava secretariando os trabalhos, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, não chegou a se manifestar na reunião de ontem, embora a inclusão no documento final da tese de redução das transferências líquidas de recursos ao exterior tenha significado um avanço para as posições brasileiras, centralizadas em torno do mesmo ponto. O documento do grupo de países em desenvolvimento servirá como sinalização para os bancos credores e governos dos países ricos no encaminhamento das próximas negociações. Para o Brasil, estas transferências devem se limitar ao máximo de 2,5 por cento do Produto Interno Bruto a cada ano.

O documento final endossou também uma série de considerações dos devedores sobre a situação econômica mundial, pedindo mais crescimento dos países industrializados, menores taxas internacionais de juros e redução das barreiras protecionistas, além de ampliação dos recursos de instituições multilaterais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, sempre visando a superar a recessão que ainda existe na maioria dos devedores, com exceção do Brasil e de países do sudeste asiático. Para o grupo dos 24, "a falta de uma solução consistente de longo prazo para o endividamento externo não apenas está afetando a recuperação da economia mundial como, também, tornando o pagamento do serviço da dívida externa um peso intolerável".

Apesar do consenso verbal que já existe sobre a necessidade de retomada do crescimento, de acordo com os ministros des-

tes países com economias intermediárias (entre os mais pobres e os ricos), "persistem ainda sérias dúvidas quanto à compatibilidade entre os programas de ajustamento recomendados aos devedores, particularmente pelo FMI, e o objetivo de retomada do crescimento com estabilidade política e social". Foi mencionada especificamente a exigência de tais acordos com o FMI para a rolagem dos débitos junto a governos dos países ricos que integram o Clube de Paris.

"Uma solução não traumática e cooperativa para o problema da transferência de recursos exigiria a combinação de diferentes iniciativas, entre as quais a redução das taxas reais de juros, com algum tipo de mecanismo de alívio, e a futura extensão dos prazos de pagamento e carência visando à fixação de um nível máximo do serviço da dívida compatível com as taxas de crescimento e as receitas de exportação. Um aumento nos recursos fornecidos por instituições multilaterais e agências governamentais, e a reto-

mada do fluxo voluntário de recursos privados sob a forma de empréstimos e investimentos diretos" — definiu o grupo dos 24 países, praticamente endossando o documento preparado no dia anterior pelos substitutos dos ministros.

Estas colocações deverão servir de base para discussão, das propostas que a Argentina e depois o Brasil vão fazer aos bancos credores, governo americano e Fundo Monetário Internacional, visando à renegociação global da dívida externa. Até agora os dois países estão observando o desenrolar das negociações em curso entre o governo mexicano e os credores, que se estende ainda neste final de semana, tentando um acerto até amanhã. Rumores de que o México teria recuado em suas pretensões e aceito facilmente as exigências dos banqueiros preocuparam os ministros do Brasil e Argentina, que têm consciência de que a negociação mexicana será tomada como parâmetro para suas próprias negociações.

Fontes governamentais deixaram claro que seria preferível, caso os bancos endureçam na questão das taxas de risco (spreads), dinheiro novo (6 bilhões de dólares) e prazos, que o México deixe vencer o limite amanhã e, assim seja levado a refazer seu acordo com o FMI. Com isso, os mexicanos ganhariam força pelo fato de que nesta semana estará acontecendo a assembléia anual conjunta do FMI/Banco Mundial, durante a qual é de grande interesse para os países ricos chegar a um acordo com os mexicanos para mostrar que a dívida do terceiro mundo está sendo encaminhada de forma a não provocar mais problemas nas finanças internacionais.

Neste domingo reúne-se o comitê interino do FMI/Banco Mundial, que é o órgão responsável por traçar a política das duas instituições, sob a presidência do ministro das Finanças da Holanda, Onno Ruding, que é um dos candidatos à sucessão de diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière.